



## FOLHA **opinião**

São Paulo, quinta-feira, 21 de junho de 2001

Envie esta notícia por e-mail para assinantes do UOL ou da Folha



[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

# Universidade pública e desenvolvimento

CARLOS HENRIQUE DE BRITO CRUZ

---

***No Brasil, esse investimento [no ensino superior] não é apenas necessário, é insubstituível***

---

No Brasil há 2,3 milhões de estudantes matriculados em cursos superiores. É o mesmo número que apresenta a Coréia do Sul, mas esse país tem um terço de nossa população. Assim, enquanto a Coréia tem 36% de sua população entre 18 e 24 anos nas universidades, o Brasil tem apenas 12%. Qual dos dois países estará mais preparado, nos próximos anos, para competir num cenário mundializado e de uso intensivo da tecnologia e do conhecimento agregado? A resposta mostra o tamanho do desafio que nos espera.

O Brasil precisa triplicar o número de sua população universitária até o fim da década, não só para fixar-se no patamar desejável, mas também para responder ao crescimento exponencial das matrículas no ensino de primeiro e segundo graus. Ou seja, nos próximos anos um número progressivamente maior de concluintes do segundo grau estará batendo na porta das universidades e pressionando para que o sistema amplie sua oferta. Esta até que é uma boa notícia. A notícia ruim é que o número de vagas oferecidas nos

cursos superiores vem crescendo muito lentamente - de 400 mil em 1980 para quase 800 mil em 1999- em relação a essa demanda.

Com o estancamento dos investimentos na expansão do ensino superior público, o setor privado passou a ocupar um espaço cada vez maior. Dois terços das matrículas se concentram hoje nas escolas particulares ou comunitárias. Não há nada de errado no crescimento do setor privado -desde que a qualidade seja levada em conta e avaliada constantemente- mas, considerando-se o exemplo de praticamente todos os países desenvolvidos, não é realista esperar que o sistema privado de ensino superior possa suprir as necessidades de formação. Basta ver que até mesmo no país campeão mundial da iniciativa privada, os Estados Unidos, 78% dos 14 milhões de matrículas em cursos superiores se concentram nas instituições públicas.

Vale destacar que, ali, dos 22% de matrículas em instituições privadas, somente 1,4% estão em instituições com fins lucrativos. Este último dado indica que, em países onde os cidadãos estão acostumados a exigir valor e qualidade em troca de seu dinheiro, ensino superior não é uma maneira de enriquecer empresários. Por que razão no Brasil isto deveria ser diferente?

A maior parte do investimento anual em ensino superior nos Estados Unidos -em torno de 120 bilhões- é feita pelo governo. No estado da Califórnia, 13% dos dispêndios do governo estadual (mais de US\$ 7 bilhões anuais) são destinados à educação superior. Também Illinois, Texas, Wisconsin, Washington, Flórida e Ohio têm a mesma política: destinam às universidades entre 11% e 12% de seu orçamento. São percentuais comparáveis àquele praticado por São Paulo, um dos poucos estados brasileiros a investirem adequadamente no ensino superior e na pesquisa científica.

Na Inglaterra, 100% das matrículas no ensino superior são em instituições públicas. Na Itália e na Alemanha idem. Na França, mais de 95% das matrículas são públicas. Em quase todo o mundo a estratégia para o ensino superior tem sido baseada no esforço estatal. Bastariam esses números para desarmar o discurso privatista mais empedernido. Mas a realidade nacional oferece um argumento a mais: nossas universidades públicas são o patrimônio institucional brasileiro que, apesar de sua juventude, maior nível de eficiência obteve ao longo do século. Em algumas áreas, como na pós-graduação, por exemplo, muitas delas nada

têm a perder em relação às melhores do mundo. Naturalmente, formar pessoas no nível superior de educação custa caro. No entanto, é um investimento que todos os países desenvolvidos fazem e continuarão a fazer, porque disso depende a manutenção de sua vitalidade científica, tecnológica e cultural. No Brasil, esse investimento não é apenas necessário, é insubstituível. E mais: já provou que tem retorno garantido. Foi o ensino superior público e gratuito excelente do ITA que fez do Brasil um dos principais fabricantes e exportadores de aviões a jato do mundo, com exportações de quase 2 bilhões de dólares em 2000.

E foi o ensino superior público e gratuito excelente da Esalq-USP, da Federal de Viçosa, da Unicamp, da UFMG e de outras que educou as pessoas que, na Embrapa, fizeram da soja brasileira um empreendimento de alta tecnologia, atingindo exportações de mais de US\$ 3 bilhões em 2000. É também o ensino superior público e gratuito, com os engenheiros da Coppe, UFRJ, USP, Unicamp e outras, que faz o Brasil ser auto-suficiente em petróleo, por meio de desenvolvimentos tecnológicos capitaneados pelo Centro de Pesquisas da Petrobras, invejados em todo o mundo.

Não se deve atribuir a nenhum milagre o peso específico que o país ganhou -apesar de suas contradições sociais não resolvidas- a ponto de se estabelecer como a nona economia do mundo. Esse salto se deve sobretudo à formação nas universidades de novos quadros profissionais e técnicos, em número ainda insuficiente, é verdade, mas efetivo. Imagine-se quando chegarmos (se chegarmos) ao patamar ideal. Mas para isso é preciso investir sem vacilação na educação superior e, sobretudo, em seu segmento que se mostrou mais eficiente até aqui, o público.

Carlos Henrique de Brito Cruz, 43, engenheiro eletrônico pelo ITA e doutor em física pela Unicamp, é presidente da Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) e diretor do Instituto de Física da Unicamp.

Texto Anterior: [Frases](#)

Próximo Texto: [Gonzalo Montenegro: O gasoduto Bolívia-Brasil](#)

[Índice](#)